



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e dois de outubro de dois mil e treze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia quinze de outubro de dois mil e treze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício do Deputado Estadual Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, outubro de 2013; sobre os desdobramentos da Resolução 414/2010 da Aneel sobre iluminação pública. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 262/2013, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Tenente Antônio João Moraes”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Maria Ângela Dias Lima Pereira, Fausto Niquini Ferreira e José Guedes, para emissão de parecer; 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 268/2013, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Concede Título de Empresa



Cidadã à Rádio Itatiaia”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Gilson Antônio Marques e Silvânio Aguiar Silva, para emissão de parecer; 3) Projeto de Lei nº 1.355/2013, autoria do Poder Executivo, que “Promove a complementação dos cargos públicos efetivos constantes na Lei Municipal nº 2.805, de 01/06/2009, além de dar outras providências” – Cargos da área de Saúde. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “queria aproveitar para comentar e fazer uma homenagem especial ao dia dezoito de outubro, Dia do Médico. Deve ser por isto, este dia tão especial, que sentimos a luminosidade maior, com a certeza de que é Deus abençoando tão amorosa e digna profissão. Suas incansáveis horas de dedicação, de carinho, de atenção, a cada um de seus pacientes, trazem dentro do coração a esperança de ver novamente a vida fluir. Chega a ser difícil encontrar as palavras certas para traduzir o agradecimento que vocês, médicos, merecem. Queridos doutores, que o brilho interior que emana de sua competência torne cada um de vocês ainda mais iluminados. Ficamos felizes pelo seu dia; as suas vitórias e conquistas são contadas pelos sorrisos nos rostos daqueles que recuperam o prazer da vida. Através da sua habilidade e intuição, Deus se torna benevolente com todos nós. Que o Senhor ilumine a cada um de vocês para que continuem sempre com esse exemplo de luta e coragem, dignos de serem seguidos. Quero lembrar aqui grandes médicos que fizeram parte da história de nossa cidade, Dr.



Sebastião Fabiano, Dr. José Adelson, Dr. Élcio; e deixar meus cordiais cumprimentos a tantos outros que seguem firmes nesta nobre missão, como as minhas amigas Dra. Iêda, Dra. Gisele, Dra. Renata; os meus amigos Dr. Márcio Barbosa, Dr. Ely da Conceição, Dr. Ricardo Salgado, Dr. Antônio Silvestre, Dr. João Hernane (um grande companheiro aqui na Câmara), Dr. Lúcio (meu médico particular) e, é claro, em especial, ao nosso colega vereador, Dr. Fausto Niquini. A todos vocês, parabéns”. O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: “em nome dos médicos nova-limenses, gostaria de agradecer à vereadora Ângela Lima a homenagem prestada a nós. Ser médico não é fácil, mas é com grande certeza que eu não saberia dizer hoje, se eu não fosse médico, o que eu seria. Me dedico realmente de coração aos meus pacientes. E eu tenho uma vantagem, pois faço questão que todos os meus pacientes tenham o número do meu telefone celular porque eu acho que é o mínimo que nós, médicos, temos que dar este conforto aos pacientes nos seus momentos de dúvidas, às vezes, dá para a gente fazer uma receitinha por telefone mesmo. Fica aqui o meu agradecimento”; 4) Projeto de Lei nº 1.356/2013, autoria do Poder Executivo, que “Promove a complementação dos cargos públicos efetivos constantes na Lei Municipal nº 2.805, de 01/06/2009, além de dar outras providências” – Cargos da área de Educação. O vereador José Guedes solicitou a dispensa de pareceres e interstícios para a votação deste projeto. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “eu não concordo, sou contra. Já falei nesta Casa que, da minha parte, a palavra urgente do prefeito vai ter o mesmo peso que a palavra urgente tem quando eu encaminho alguma coisa para ele. Como todos os meus encaminhamentos



para ele, inclusive com pedido de urgência, não existe resposta até hoje, então, eu não considero a palavra urgente vinda da parte do prefeito. Considero sim a necessidade de nós termos uma Educação de qualidade como também Saúde de qualidade. Já tinha analisado, conversado um pouco acerca dos dois projetos que vieram para esta Casa, sou totalmente a favor, embora não tenha participado da votação, do da Saúde, porque o da Saúde está realmente adequando à situação momentânea do município. Sou totalmente a favor a respeito da questão da Saúde porque está se tratando exatamente da necessidade urgente do município. Já na questão de Educação, existe no projeto uma abertura muito perigosa que é a de contratar duzentos professores, aonde estes duzentos professores não serão contratados imediatamente. Então, você está abrindo um precedente muito grande. Quero que fique bem claro, inclusive para os professores presentes que foram chamados aqui para participar, que se o projeto for adequado à necessidade momentânea, à necessidade urgente do município, eu terei o imenso prazer em votar favorável. Uma coisa é dizer nós estamos precisamos de professores na escola A, na escola B e na escola C; outra coisa é dizer nós vamos construir a escola A, a escola B, nós vamos precisar de professores e preciso que vocês deixem aberto. Isto gera um impacto muito perigoso para o município porque está envolvendo uma quantidade muito grande de funcionários que não vão ser chamados agora. Esta Casa tem que votar com responsabilidade. É por isso que eu não sou favorável à dispensa de interstícios e pareceres, porque eu ainda estou analisando as questões. No que eu observei até agora, eu vi esse perigo neste projeto, por isto que sou contra. Não estou dizendo que sou contra o projeto, sou contra



a dispensa de interstícios e pareceres”. O vereador José Guedes afirmou: “quero justificar o meu pedido de dispensa de interstícios e pareceres. Nós vereadores, nesta noite, vamos corrigir uma das maiores ingratidões que a prefeitura cometeu contra as professoras. Uma professora que luta a vida toda, que é a segunda mãe para os nossos filhos, que ganha pouco, deveria ganhar mais. Nesta noite nós vamos corrigir a injustiça que fizeram com as professoras no tocante às contratadas. Como que eu sou um concursado e não sou chamado e o prefeito, principalmente do mandado passado, contratou cerca de cento e poucas; não sou contra elas, todas precisam trabalhar, mas a lei tem que ser cumprida. Neste tempo todo meu de Câmara Municipal, nos meus seis mandatos, eu nunca vi uma injustiça tão grande, principalmente com as professoras. Eu sou contra as coisas erradas e isto foi um erro grave, não só com as professoras, mas com os médicos, com os enfermeiros. Quantas vezes nós brigamos nesta Casa pedindo conferências dos contratados e não chegou; no passado, não com Cassinho. No passado não chegou nesta Câmara a relação dos contratados, que a Câmara queria corrigir lá trás e não conseguiu. Esta noite é para mim uma noite histórica, nós vamos corrigir a maior injustiça que fizeram com os professores”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador José Guedes, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto, com o voto contrário do vereador André Luiz Vieira da Silva. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “quero justificar também o porquê da gente estar pedindo urgência na votação deste projeto. Nós vamos ter uma nova unidade de educação infantil que começa agora no Caic, nós



vamos ter o atendimento na faixa de mais de duzentas crianças de zero a três anos, isto vai demandar um grande número de professores. E quanto também às horas de atividade; horas de atividade é uma lei federal que determina que um terço da carga horária de cada professor seja cumprido fora da sala de aula; para ser cumprido fora da sala de aula precisa ter alguém dentro da sala de aula. Então, para evitar contratação, que hoje o Ministério Público determina que não haja contratação e nós temos um concurso público com professores e professoras habilitados a assumirem o cargo. Para evitar isto e evitar pagamento de horas-extra que onera muito mais a folha, é que hoje nós estamos pedindo isso à Câmara”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura:

- 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 265/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Márcio José Tupy”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Flávio de Almeida, dispensou o interstício para a votação deste projeto;
- 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 266/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. José Araújo de Souza”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Leci Alves Campos, dispensou o interstício para a votação deste projeto;
- 3) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 267/2013, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima à Sra. Francisca Maria da Silva”. A comissão emitiu parecer



favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Silvânio Aguiar Silva, dispensou o interstício para a votação deste projeto; 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.349/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Esporte Clube Morro Velho. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.352/2013, que “Dispõe sobre o direito a herdeiros de taxistas a sucessão na permissão do direito de uso das placas dando continuidade à prestação de serviços de taxista no âmbito do Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador André Luiz Vieira da Silva como Presidente da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição, vereador Flávio de Almeida; 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.353/2013, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicar aos órgãos de proteção da criança e do adolescente os casos de usos e abuso de álcool e drogas e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.354/2013, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicar aos órgãos de proteção e conselhos ligados ao tema os casos de abuso e maus tratos aos idosos e dá



outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 8) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.357/2013, que “Institui a Campanha de Valorização do Professor e Combate à Violência no Ambiente Escolar do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 9) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.358/2013, que “Dispõe sobre a concessão de uma folga mensal aos servidores públicos municipais que cumprem escalas de 12 por 36 horas”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Gilson Antônio Marques como Presidente da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição, vereador Flávio de Almeida; 10) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.359/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Organização não Governamental Viva Vira Lata. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente lembrou aos vereadores que havia vinte e cinco requerimentos para apreciação. O vereador José Guedes disse: “Senhor Presidente, gostaria de fazer uma sugestão para que o Senhor tire os requerimentos de pauta porque foram solicitados vários projetos para votação e vai demorar muito para terminar a



reunião”. O Senhor Presidente falou: “o vereador propôs que faça uma reunião como fizemos há tempos atrás, exclusivamente para votar quantos requerimentos os vereadores quiserem. Se vocês aceitarem a proposta dele e entenderem que é viável, permaneçam como estão”. Aprovado nove votos. O Senhor Presidente informou que a reunião será agenda em comum acordo com os vereadores. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “Senhor Presidente, também fazer uma análise dos requerimentos porque, às vezes, vai ter requerimento que vamos ter que retirar, pois passou da época de entrar, como as moções”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 263/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Capitão Bruno D’Assunção Coelho”. Em única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação; 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 264/2013, que “Concede o Título de Cidadania Honorária à pessoa que indica e contém outras providências” – Senhora Meriglei Borges Silva Simim. Em única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação; 3) Projeto de Lei nº 1.337/2013, que “Dispõe sobre a redução da carga horária diária dos servidores públicos municipais detentores do cargo público efetivo de Bibliotecário, além de dar outras providências”. Em primeira votação, aprovado por dez votos; 4) Projeto de Lei nº 1.340/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Continental Futebol Clube. Em primeira votação, aprovado por dez votos; 5) Projeto de Lei nº 1.342/2013, que “Dispõe sobre o direito de uma folga anual para Servidores Públicos Municipais de Nova Lima para a realização de



exames de prevenção do câncer de próstata”. Em primeira votação, aprovado por dez votos; 6) Projeto de Lei nº 1.343/2013, que “Dispõe sobre a apresentação de artistas locais na abertura de shows musicais nacionais e internacionais realizados no Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 7) Projeto de Lei nº 1.344/2013, que “Dispõe sobre a marcação de consultas e exames no prazo máximo de quinze dias corridos para pessoas a partir de 60 anos de idade e portadores de câncer de qualquer idade”. Em primeira votação, aprovado por dez votos; 8) Projeto de Lei nº 1.346/2013, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua Francisco Guedes Magalhães. Em única votação. Em discussão, o vereador José Guedes registrou: “pediria nesta noite que os meus colegas vereadores votassem neste projeto porque Francisco Guedes Magalhães, não só pelo fato de ele ser meu padrinho de batismo, foi uma pessoa que lutou muito por Nova Lima, ajudou muito as pessoas carentes, participou da diretoria do Retiro Esporte Clube por quarenta anos, ajudou a entidade São Vicente de Paulo. Não vou ficar citando senão foi ficar a noite toda falando sobre o meu padrinho. Pediria meus colegas vereadores que dessem nesta noite a votação porque ele é um grande merecedor”. Aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 9) Projeto de Lei nº 1.347/2013, “Dá denominação a logradouro público que menciona além de dar outras providências” – Praça Militão Ferreira Dias. Em única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “agradecer aos nobres vereadores pelo apoio a este nosso projeto, lembrando que isto, com toda sinceridade, é um respeito que a



população mostra com a história do Senhor Militão. Quem já morou na região do Retiro, com toda certeza, se lembra muito bem de quem foi o Militão para a cidade de Nova Lima, principalmente nas questões sindicais, nas questões ligadas à mina de Morro Velho. Muito obrigado aos senhores vereadores pelo voto”; 10) Projeto de Decreto Legislativo nº 265/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Márcio José Tupy”. Em única votação. O Senhor Presidente anunciou: “os vereadores que concordam permaneçam como estão. Oito votos. Como eu não fico encima do muro, vou votar contra, desculpe vereador Flávio, sem comentários”. Aprovado por oito votos favoráveis, um contra e encaminhado à promulgação. O vereador Flávio de Almeida falou: “Senhor Presidente, agradecer aos oito e agradecer ao Senhor também porque o Senhor desceu do muro”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “Senhor Presidente, queria fazer uma justificativa de voto. Quero dizer que o meu voto favorável foi em consideração ao vereador Flávio de Almeida que me pediu este voto, embora eu considere o Márcio Tupy uma pessoa muito inteligente, já tive a oportunidade de falar isto para ele, inclusive comentei antes aqui, considero ele uma pessoa muito inteligente. Só às vezes bate da forma errada, mas tudo bem, já fui vítima. Mas principalmente em consideração ao vereador Flávio”. O vereador Flávio de Almeida agradeceu ao vereador André Luiz Vieira da Silva; 11) Projeto de Decreto Legislativo nº 266/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. José Araújo de Souza”. Em única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação; 12) Projeto de Decreto Legislativo nº 267/2013, que “Concede Título de



Cidadania Honorária de Nova Lima à Sra. Francisca Maria da Silva”. Em única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “quero mais uma vez agradecer pelo voto dando este Título de Cidadania Honorária de Nova Lima a uma pessoa simples da nossa cidade. Para quem não conhece, tenho certeza de que todos os vereadores conhecem, mas para a nossa plateia, esta Senhora é mãe do nosso companheiro Baiano, uma pessoa que lutou muito pelo Bairro Nova Suíça. Vários feitos no Bairro Nova Suíça, com toda certeza, saíram das mãos daquela senhora humilde, de uma família simples, que conseguiu muito naquele bairro. Eu agradeço todos vocês pelo voto, muito obrigado a todos”. O vereador José Guedes disse: “quero parabenizar o vereador Silvânio. Dona Francisca é uma senhora muito querida no Nova Suíça, uma pessoa de igreja, da católica, ela lutou a vida toda para a construção daquela igreja. E nós conseguimos, quando eu fui presidente da associação lá, nós conseguimos muita coisa para aquele bairro. E ela é uma pessoa que é aquele ferrinho de dentista, ela me cobrava todos os dias as coisas para aquele bairro, é uma grande merecedora, é a mãe do Baiano lá do Nova Suíça, é uma grande merecedora, parabéns para o Senhor”. O Senhor Presidente comunicou: “ainda tenho duas votações, tem dois projetos para votar que são os esperados da noite, da Saúde e da Educação. Vereador Alessandro, estes projetos vão entrar em discussão, antes de pô-los em discussão, vou passar a Presidência a Sua Excelência porque quero fazer uma emenda nos dois, não preciso repetir a emenda, ela é idêntica”. O Senhor Presidente passou a Presidência ao Vice. O vereador Nélio Aurélio de Souza falou: “queria que



constasse uma emenda nos dois projetos, que assim que chame as pessoas que estão sendo chamadas, que são concursadas, que assim que vai chamando, vai encaminhando a esta Casa quem foi chamado com a relação de ordem alfabética para não acontecer lá para trás, chamando gente e deixando quem estava na frente. Ordem classificatória. Além também de, pode existir porque existiu no passado que não estou aqui para reviver, mas posso corrigir o erro. Há pessoas que eu me lembro que falaram que não receberam o telegrama. ‘Chamamos, mas ele não apareceu’. O que é isto? A pessoa está esperando trinta anos, fez um concurso para trabalhar. Então, que encaminhe um telegrama do município para a pessoa com ‘AR’, que a pessoa ou alguém da família dela, tem que ter a assinatura da família para devolver, que ele não quis assumir o cargo. Outra coisa muito interessante, os projetos estão sendo votados com muita correria, espero que dentro dos projetos não tenha um contratado até porque a Promotora proíbe isto. Porque contratar para deixar de chamar quem já fez concurso e está lutando aí lutando. Não estou aqui para falar de governo passado, mas eu sei o que aconteceu, chamando pessoas na frente dos outros. A emenda é simples sem prejudicar o projeto, é questão de critério e honestidade”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “Senhor Presidente, gostaria de dar outra sugestão para o Senhor, além de mandar por ‘AR’, que a chamada fosse colocada num jornal local”. O vereador Nélio Aurélio de Souza respondeu: “podemos colocar isto também. Tudo que for em benefício da honestidade que tem que gerar nisto, estou de acordo para que contribua dentro da emenda. Vou dar aparte ao vereador Fausto”. O vereador Fausto Niquini Ferreira



registrou: “ia falar exatamente isto, sugiro que fosse colocada em todos os jornais da cidade a relação dos convocados”. O vereador Nélio Aurélio de Souza disse: “queria colocar nos projetos, os projetos estão sendo votados hoje por esta Casa sem o direito de contratar dentro deles, ninguém pode ser contratado, só funcionários que passaram no concurso serão chamados”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “Senhor Presidente, ainda não me manifestei com relação a este projeto, tenho certeza de que ele é totalmente pertinente, realmente repara uma injustiça grande que esta cidade tem cometido com aquelas pessoas que fizeram o concurso, que acreditaram no concurso da prefeitura e que num dado momento é justo e a gente sabe que a prefeitura chamou os que teriam que ser contratados, mas num dado momento começou a contratar pessoas, deixando de lado aquelas que fizeram o concurso. Quero fazer uma outra reflexão e não é à emenda, mas para que esta Casa tenha uma observância muito grande com relação a isto, que as pessoas que estão no contrato, ainda que seja ruim o que eu vou falar, e a gente entende que tem pessoas que estão lá e são contratadas e que não passaram no concurso, mas a motivação do concurso aqui é que é para substituir vagas de concurso. Então, que as pessoas saibam que tem gente que vai estar ali que muito possivelmente vão ser mandado embora. Nós fizemos aqui uma votação no passado com relação ao Villa Nova e falamos que íamos acompanhar se o Villa pagaria ou não os seus funcionários de acordo com o que a gente combinou aqui e eu, sinceramente, não tenho muita certeza se pagou ou se não pagou, se o Villa Nova fez isso ou não fez. Com este projeto é a mesma coisa porque se a gente vai contratar duzentos professores, eu acho



que estou até misturando os casos porque tem um da Educação e outro da Saúde, se vamos contratar duzentos professores e a gente entende que tem professores ali que vão ser contratados para atividades que ainda não estavam sendo desenvolvidas, então, é lógico que estes aí não contam, mas os que vão ser substituídos, eles precisam uma vaga para quem vai entrar e infelizmente um saindo. Que esta Casa observe isto. Quando o André fala que tem algumas dúvidas e tal, essa urgência e que a gente precisa mesmo de observar isto. Está colocando uma pessoa do concurso, quer dizer, ela vai passar a fazer parte dos quadros efetivos da prefeitura, ou seja, se amanhã a prefeitura tiver alguma dificuldade financeira, é lógico que a gente entende que ela tendo alguma dificuldade ainda tem a possibilidade de certa forma de mandar embora, mas não é o caso, a gente sabe que é muito mais difícil, um contratado se tem alguma dificuldade ele pode ser trocado, mandado embora numa velocidade muito grande, já um concursado não. Então, nós precisamos de observar que se tem lá duzentas pessoas trabalhando sob regime de contrato, muito possivelmente nós vamos contratar duzentas pessoas efetivamente da prefeitura e vamos mandar duzentas pessoas embora. Não se sabe se estas duzentas passaram ou não no concurso, aqueles que não passaram no concurso vão ficar muito infelizes, mas é a verdade. Não sei se exatamente no número de duzentos, mas o que estou dizendo é que nós, enquanto vereadores, temos que observar que o projeto veio para cá e uma das motivações, é lógico que tem outras motivações e a gente entende isto, mas uma das motivações é que tem pessoas trabalhando no regime de contrato e a Promotora Pública não quer isto mais, então, nós vamos ter que no mínimo, o



vocabulário é pesado, mas eliminar as pessoas que estão em contrato e aí esta Casa precisa de fazer esta observação”. O vereador Fausto Niquini Ferreira indagou: “vereadora Ângela Lima, gostaria de fazer uma pergunta para a Senhora. Aqueles funcionários que trabalham na Faenol contratados, eles serão substituídos?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira respondeu: “não, é só das escolas municipais, a Faenol é uma fundação”. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “estou falando da área de Saúde”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “também não, estes da Saúde são para a Saúde, para a Secretaria de Saúde. Os que são da Faenol são da Faenol”. O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: “veja bem, eu tenho informação de que tem funcionário lotado na Faenol que presta serviços na prefeitura”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitou: “O Senhor queria explicar melhor”. O vereador Fausto Niquini Ferreira falou: “exatamente, tinha psicóloga. Falam ‘trabalho pela Faenol’, a entrada é pela Faenol, mas prestam serviços na...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira explicou: “quem é da fundação é da fundação”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “vereador Fausto, tinha um programa, é um projeto que na época a esposa do Carlinhos, Maísa, quando era Presidente da Faenol, ela fez um projeto de inclusão. No projeto de inclusão tinham realmente profissionais da Faenol que estariam ligados à Educação, mas de acordo com a orientação do Ministério, todos foram tirados”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira esclareceu: “quem está na Faenol vai continuar na Faenol”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “queria aproveitar só para complementar uma informação.



Quando aqui no anexo do projeto de lei que vamos votar daqui a pouco, seja ele da Saúde ou da Educação, não quer dizer que o número de cargos que estão sendo criados vão ter a sua efetivação de concursado imediatamente. A medida que o departamento de recursos humanos ligado à Secretaria de Administração da prefeitura for necessitando da mão de obra é que ela vai fazendo a efetivação porque senão as pessoas podem achar que amanhã vão entrar duzentas pessoas na Educação e não é verdade. É porque o Silvânio comentou a questão se os duzentos seriam contratados e trocados por efetivados, se realmente fosse isto aconteceria esta efetivação imediata, mas se não me engano, eu tive informação de que parece que cem professores já vão ser efetivados”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “só ressaltando mais uma vez, que a gente tem que tomar um cuidado muito grande com a imprensa porque às vezes a gente fala ‘i’, entendem ‘y’ e divulgam o tal ‘y’. O que estou falando é que este projeto tem alguns objetivos muito claros, um deles é fazer justiça com as pessoas que estão lá trabalhando sob regime de contrato que não recebem os benefícios que um concursado recebe; um dos objetivos é este. Outro objetivo é que a Promotora Pública de Nova Lima vem cobrando da prefeitura e nós também, enquanto vereadores, devíamos estar cobrando da prefeitura uma ação mais efetiva no sentido de que não podemos ter professores contratados na prefeitura porque a lei assim o diz. E o que estou dizendo aqui, quando eu falo nos duzentos, estou falando em número fechado, mas o que estou dizendo em outras palavras é se existem lá cinquenta professores contratados, amanhã quando começarem a fazer estas contratações, nós não vamos poder ter cinquenta professores



contratados, ainda que estes não tenham passado no concurso. É esta a minha observação. O que estou colocando é muito claro: que esta Casa precisa fiscalizar se as pessoas contratadas que não passaram no concurso vão continuar ou não trabalhando na Secretaria de Educação no cargo que o concurso prevê, é só isto que estou dizendo”. O vereador Flávio de Almeida falou: “estou ouvindo o discurso do meu companheiro de partido e eu tenho tentado conduzir o meu papel aqui da seguinte forma, a gente não tem que ser bom e nem ruim, nós temos que ser justos, é a balança. As pessoas que estão esperando a vaga, elas também passaram no concurso, elas estão prontas e preparadas para assumir. Outro dia visitei uma Secretaria, eu fiquei assustado com o número de pessoas de Contagem e fui em Contagem, também fiquei assustado com a prefeitura com gente daqui lá. Acho que nós devemos simplesmente preocupar exatamente com o nosso papel que é fazer lei e fiscalizar o cumprimento dela. Então, eles estão aptos, preparados para assumir. Os que estão lá vão ter o tempo hábil, se não teve até agora, de se preparar para o futuro, para um outro concurso. As regras são assim, a vida é assim. Nós não temos que ter esta preocupação de aonde que vai doer, vai doer exatamente aonde tem que sentir dor. Descumpriu um dia a lei, está sendo cumprida. Quando a gente fala que a Promotora cobrou, ela fez o papel que esta Casa deveria ter feito, o de cobrar. Não estou julgando a Casa hoje, estou julgando a Câmara de antes até o momento. Então, eu não tenho esta preocupação comigo, vou para a casa com a minha consciência tranquila porque hoje se faz justiça, simplesmente isto. Imagina se a pessoa que estudou, perdeu noite, deixou seus filhos para estudar, para preparar para uma



prova, esperou uma vaga e quando chegou lá viu o vizinho que não passou ocupando o seu lugar. É só questão de justiça”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “queria ressaltar que é muito salutar a discussão em Plenário que a população pode acompanhar. Então, gostando ou não, esta discussão é válida, independente de alguém gostar ou não; estou falando em relação aos próprios vereadores, porque tem vez que rola discussão que também não me interessa, mas eu tenho que respeitar porque a discussão feita no Plenário é válida. Queria falar justamente em cima do que o vereador Leci estava colocando. Pelo o que eu entendi, este projeto que vai entrar em votação não está determinando que estas duzentas vagas, e aí eu quero aqui até me desculpar se eu fui mal interpretado, eu de maneira nenhuma sou contra a nomeação dos professores que passaram no concurso, embora que este concurso já foi chamado todo mundo e agora a gente está abrindo uma lei porque na verdade teria que ser feito um novo concurso. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registou: “não”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “foi o que o Secretário informou. O Secretário de Educação esteve nesta Casa e ele não soube se expressar, aí que eu quero me corrigir em relação ao que eu coloquei no começo, ele não soube explicar o projeto como o Secretário de Saúde, João Hernane, explicou. Estou falando sobre o Secretário de Educação, quem quiser defender o Secretário de Educação fique à vontade. Eu não sou contra nem o projeto, nem a nomeação dos contratados, sejam eles concursados ou não, estou dizendo porque ele falou isto, não são palavras minhas, eu não sou Secretário de Educação, quem colocou isto foi ele na reunião aqui. A palavra dele foi esta, que não haveria necessidade



de, ao invés de fazer um novo concurso, vamos chamar, foram palavras do Secretário, não são palavras do vereador André, foram palavras do Secretário. Os vereadores estavam, ele falou isto”. O vereador Leci Alves Campos falou: “quando foi feito o concurso público, o edital rezava que ele tinha validade por dois anos. O prefeito Carlinhos Rodrigues em setembro do ano passado decidiu renová-lo por mais dois anos, ele vale até setembro do ano que vem. Neste período, vereador André, não existe o concurso, existe o chamamento das pessoas concursadas neste concurso que foi prorrogado pelo ex-prefeito Carlinhos Rodrigues”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “o Senhor fazia parte do governo, parabéns por ter esta informação que não foi o que ele explicou. O Senhor estava presente, o Senhor sabe que ele não explicou isto. Mas quero dizer que, na verdade, o que está sendo proposto aqui no projeto é justamente que sejam abertas estas duzentas vagas e sejam chamados de acordo com a necessidade, e é aí que eu discordo, vou explicar por que. Se existem pessoas aqui que estão enquadradas na necessidade urgente do município que sejam as duzentas, eu concordo, que sejam quinhentas, eu concordo, mas se a necessidade urgente do município são cinquenta professores, então, nós chamamos cinquenta professores. O Secretário apresenta a relação da necessidade, apresenta um projeto com esta relação, como foi feito pela Saúde, nós aprovamos. Se amanhã precisar de mais cinquenta, nós aprovamos mais cinquenta. Não tem dificuldade nisto, gente. O que esta Casa não pode é agir com irresponsabilidade. É lógico que aqui os professores que estão se manifestando, estão se manifestando em causa própria porque serão chamados”. O



vereador Leci Alves Campos explicou: “só para completar o raciocínio, quando se diz X vagas é como se tivesse uma reserva técnica para que sejam chamados, não obriga o Executivo a chamar”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “mas nós estamos dando esta liberdade para chamar”. O vereador Leci Alves Campos disse: “o Executivo entende que fazendo uma reserva maior, ele está poupando o trabalho de ter que nos remeter novos projetos de lei”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “eu não entendo isto como trabalho, entendo isto como obrigação nossa”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “vamos supor que ele colocou duzentas vagas previstas na reserva técnica, vamos supor que saíram trinta e não vão sair mais, chega em setembro os cento e setenta vão perder, vai ter novo concurso. É assim que funciona o cálculo. Inclusive tem empresas, senhor vereador, que fazem concurso sem vaga nenhuma, com todas as reservas técnicas. A medida que vão surgindo, vão sendo efetivados”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “só que todo concurso envolve um impacto orçamentário. O impacto orçamentário que está sendo feito aqui, por exemplo, está sendo feito em cima de dois mil e quatorze, dois mil e quinze; e não consta, a gente não sabe se a receita vai cair, vai ter o aumento do professor. Quer dizer, são coisas que são analisadas momento a momento”. O vereador Leci Alves Campos disse: “vereador André, existe uma palavra que se chama estimativa, estimativa do impacto orçamentário, ou seja, está se estimando o que vai gastar, não está se obrigando a gastar. O estudo do impacto é feito com base nas vagas disponibilizadas para ver se a prefeitura tem condições financeiras de arcar com as efetivações que forem necessárias”. O



vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “vereador, se a administração acompanhar o raciocínio do Senhor, ela não faz nenhum concurso porque o impacto, realmente, reflete aquele momento, não tem jeito, a coisa é por aí mesmo. Isto é uma previsão, uma estimativa”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “então, está bom. Se a pessoa quiser pensar, pode discordar principalmente quem é interessado. Esta Casa aprovou aqui uma Secretaria em Honório Bicalho no início da legislatura e a Secretaria só foi funcionar vários meses depois, quer dizer, os funcionários foram contratados, foram chamados e só começaram a trabalhar, sei lá onde foram acomodados aqui, acomodados ali. Nem existia a Secretaria e já existiam funcionários. É isto que eu estou falando, não existe professor e se o prefeito quiser contratar ele vai e contrata. Mas para quê você está contratando? Fica aí ajudando, quando sair a escola lá, você vai trabalhar lá. É isto que eu estou falando, é assim que funciona, quer vocês queiram concordar ou não. Mas o que eu estou fazendo aqui é o meu papel, não posso agir com irresponsabilidade e abrir um precedente para o prefeito contratar quantas pessoas ele quiser porque nós estamos aqui justamente para limitar os gastos do prefeito, é justamente para monitorar os gastos do prefeito. Se nós abirmos este precedente, então, faz o seguinte: não abre duzentas, verifica quantos são no total e abre todos, não só da Educação, da Saúde também porque na Saúde tem muita gente que fez o concurso, não foi chamada e não está incluída nesta relação que foi mandada para esta Casa. Pode abrir aqui mais vagas também para a Saúde, pode deixar aqui aberto para o nosso prefeito contratar quantos médicos ele quiser, quantos técnicos enfermeiros ele quiser,



todo mundo que prestou concurso público, faz um projeto de lei de acordo com a relação dos concursados e manda para esta Casa; de acordo com o que a prefeitura precisou, ela chama. Aí está certo, eu concordo, eu voto”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “Senhor Presidente, para terminar a minha fala e completar a fala do vereador André Vieira, quero dizer que esta Câmara reflete a população da nossa cidade. Quem conhece esta cidade, conhece os trabalhos dos professores na cidade de Nova Lima, conhece as necessidades, e todo dia o vereador José Guedes está aqui pedindo vaga em creche, pedindo escola de melhor qualidade. E aí eu, sinceramente, não acredito, mas não acredito com fé mesmo, mas de maneira nenhuma eu acredito que o prefeito vai contratar um professor que é um profissional respeitado e vai falar assim: ‘olha, fica aí e vai ganhar o seu dinheiro’. Eu acredito na boa fé do nosso prefeito”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “ele fez isto com a Secretaria de Honório Bicalho”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “o caso em tela é este aqui agora, o nosso caso que nós estamos discutindo é este aqui agora. Eu acredito na boa fé do nosso prefeito e acredito mais ainda nos profissionais da Educação. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “talvez aí esteja a diferença”. O vereador Nélio Aurélio de Souza registrou: “eu entendo que isto aí é uma disciplina para a gente fazer justiça. Eu não tenho preocupação nenhuma se tem duzentos ou dois milhões contratados, a minha preocupação é só chamar quem fez o concurso e está esperando há muito tempo, é isto o que importa para mim; agora o resto, desculpa a expressão de quem está contratado, é resto. Tem que chamar na ordem para não acontecer como no governo passado, eu sei



de um monte de gente que está esperando agora e já era para ter entrado no passado e não entrou, não me pergunta como”. As emendas do vereador Nélio Aurélio de Souza apresentadas aos Projetos de Lei nº 1.355 e 1.356/2013 foram aprovadas por dez votos. O vereador Nélio Aurélio de Souza reassumiu a Presidência. O Senhor Presidente disse: “a partir de agora as emendas fazem parte de ambos projetos. Agradecer todos os vereadores, isto não é trabalho meu, é da Casa porque isso vai ser uma legalidade importante para nós fiscalizarmos”. O vereador José Guedes falou: “quero parabenizar o Senhor pelas emendas porque aí não vai ter mais trambique de falar que o Correio foi lá e não foi. Aconteceu isto várias vezes, eu combati isto o tempo todo no passado, o Senhor estava presente. Com o telegrama ou o ‘AR’, apesar que eu acho que o prefeito é uma pessoa séria, o Cássio é uma pessoa séria, não vai ter trambique com ele. Nós vamos ficar mais três anos aqui, se o Cássio errar com a gente, ele vai depender desta Câmara mais três anos, nós não completamos um ano ainda. Então, nós estamos dando para o Cássio um cheque avulso porque eu acredito nele. Eu espero que ele não coloque ninguém com trambicagem na prefeitura, eu espero principalmente na Saúde e no Ensino. Nesta noite eu vou dormir mais tranquilo porque a Câmara e prefeitura estão fazendo justiça com as professoras”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “para que fique bem claro, bem ressaltado as palavras do vereador José Guedes, nós estamos dando um voto de confiança ao prefeito que, na verdade, pode ou não fazer a coisa da maneira correta. Segundo o depoimento de vários vereadores aqui nesta Casa, foi feito da maneira incorreta no governo passado e nós estamos dando este voto de



confiança ao prefeito atual, acreditando que ele vai chamar de acordo com a lista, da forma correta e de acordo com a necessidade também da forma correta. Que fique bem claro isto, que nós estamos dando um voto de confiança para o prefeito. Não é que nós estamos fazendo a coisa exatamente correta porque este voto de confiança, pelo o que foi dito aqui, não poderia ter sido dado, então, ao ex-prefeito. Eu tenho até uma posição contrária a esta questão do contratado, mas eu não quero levantar aqui para não gerar mais discussão porque, pelo o que eu vi aqui, o prefeito já conseguiu o apoio que ele tinha da Casa. Mas que fique claro isto, eu não sou contra o professor, eu não sou contra que se chame os concursados, muito pelo contrário, eu sou contra a forma que o prefeito está trazendo este projeto para esta Casa, a forma que está sendo feito. O que o vereador Silvânio Aguiar colocou, na verdade, é uma coisa que todo mundo sabe que vai acontecer, vai chamar e depois vai ter que mandar embora, não tem jeito. E já está tendo que mandar embora porque a Promotora já praticamente intimou a mandar, como fez com esta Casa também. Esta Casa tinha vários funcionários contratados e, por recomendação da Promotora, teve que mandar vários funcionários embora neste mês. Então, o que acontece é que o projeto vai passar, mas poderia ter sido feito de uma forma melhor, poderia ter sido de uma forma, eu repito, como foi feito o da Saúde. Todos os meus pares aqui entendem desta forma, tudo bem, mas que ele poderia ter sido feito diferente poderia, sem querer ser contra nenhum professor”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “quero justificar o voto, dizendo que estou aqui ouvindo este tempo todo, nós estamos contando uma história de trezentos e doze anos, não são



trezentos e doze dias. Demandas surgem toda hora, um administrador tem que ser muito fera para não perder o fio da meada porque as coisas acontecem explodindo a todo o momento, é na Saúde, é na Educação, é na Obras, é na Manutenção Civil e por aí, a demanda aumenta sem parar. Eu acho que ele está correto, está corrigindo o que deveria ter corrigido. Só queria fazer uma recomendação à líder do governo que levasse até ele, que não adianta contratar se não tiver gerência. Nós temos hoje uma Saúde das melhores do Brasil, o que falta é gerência. As vezes, você vê enfermeiro trombando no salão de beleza na hora do serviço, buscando o celular que esqueceu em casa, buscando pregador de cabelo, e o paciente lá sofrendo. Então, tem que ter gerência. Eu queria parabenizar as pessoas que estão chegando dos dois lados e torcer para que elas saibam usar esta oportunidade. E quanto à vaga que elas vão assumir e outras pessoas vão perder, noventa por cento delas trabalham, então, estas pessoas certamente vão fazer um cruzamento, tem gente lá que tem o perfil de onde elas estavam e ela, com certeza, vai acertar o encaixe para todo mundo”. O Senhor Presidente disse: “lembrar as palavras do vereador que falou agora, não quero citar nome para não dar réplica e acabar com isto logo, é que o prefeito vai prometer. Não tem este negócio de prometer, a emenda está bem clara, ele tem é que cumprir, não tem promessa nenhuma de prefeito aqui mais, chega lá para trás, não aguento mais, tem que cumprir o que está na emenda, é isto que vai ser feito”. 13) Projeto de Lei nº 1.355/2013, que “Promove a complementação dos cargos públicos efetivos constantes na Lei Municipal nº 2.805, de 01/06/2009, além de dar outras providências” – Cargos da área de Saúde. Em primeira votação,



aprovado por dez votos. Em discussão, o vereador José Guedes falou: “nós vamos votar, mas nós vamos cobrar. Foi acertado aqui dentro, está faltando médico na prefeitura porque, realmente, um médico ganhar três mil e quinhentos, ele não vem trabalhar. Então, foi solicitado dos vereadores um aumento para melhorar o salário do profissional, mas ele vai ter que fazer a sua carga horária, ele vai ter que trabalhar porque um médico ganhar três mil e quinhentos reais é muito pouco. Nova Lima está abaixo de noventa por cento de outras cidades mineiras sobre esta parte. Parece que o salário de três e quinhentos vai para nove mil e pouco”. O vereador Flávio de Almeida afirmou: “são três mil e quinhentos reais. Eu estava até conversando com o Dr. Fausto um dia desses, naquela reunião, são três mil e quinhentos, se eu não me engano alguém fez até uma correção, mas veja bem, para vim uma vez na semana, vem quatro vezes no mês. Não ganha mal não. O Senhor entendeu? O médico vem uma vez na semana, atende doze pessoas, dividindo três e quinhentos por quatro dias, é um salário muito bom”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “foi o que eu falei naquele dia, acho interessante, inclusive a população poderia contribuir conosco porque hoje eu tenho informação, isto que o vereador soldado Flávio falou é verdade, tem médico, hoje, que vem em Nova Lima, atende um dia só, um período, encontra trinta quarenta, atende de qualquer jeito. Acho que é muito importante, comentei isto com o Secretário de Saúde, Dr. João Hernane, me parece que vão colocar o ponto eletrônico. Acho que não resolve só ponto eletrônico não porque a gente sabe que hoje tem até dedinho de silicone. Espero realmente da população, não adianta chegar aqui e só falar que está



faltando médico, está faltando enfermeiro, está faltando isto. Acho que é importante também vocês nos ajudarem a fiscalizar e passar a dar este feedback para a gente, acho que é muito importante. Se lá no posto de saúde do seu bairro, o médico veio um dia, faltou três, por favor, faça uma denúncia para a gente. Acho que três mil e quinhentos reais, eu sou médico, eu quero é toda hora, para atender um período só por semana, é um excelente salário. Sou a favor sim de aumentar o salário para nove mil, dez mil, mas que eles venham aqui trabalhar vinte horas semanais que é o que está no contrato”. O vereador José Guedes disse: “o Dr. João Hernane deu uma explicação muito clara para os dez vereadores sobre os três mil e quinhentos reais porque ele vai cobrar e o médico fala, não a maioria, a minoria, ‘eu venho trabalhar é com má vontade mesmo porque o mercado em outras cidades é melhor’. Então, a solução é aumentar, o profissional tem que ganhar bem, mas ele tem que prestar o serviço. Lá naquela região do Caicé, há meses que não tem ginecologista lá, não tem enfermeiro. Dr. João Hernane falou aqui, o pessoal lá está indo para o Minguá porque é a falta de médicos no Brasil todo. A prefeitura tem que acompanhar o mercado para a gente cobrar, nós vamos cobrar, são tantas consultas por dia, são tantas horas e acabou, porque com dez mil, ‘você não vai cumprir sua obrigação, contrata outro’. O médico vai pensar dez vezes, agora com três mil, não é um mal salário, mas está acontecendo isto, nós queremos é solução. Eu estou com um abaixo-assinado daquela região lá, já entreguei ao Cassinho há mais tempo, mais de quinhentas assinaturas, o quanto falta médico lá. Eu vou votar este aumento porque o médico, o profissional tem que ganhar bem”. Em segunda votação, aprovado



por dez votos e encaminhado à sanção. O Senhor Presidente comunicou: “só para o pessoal saber, não vou falar nome, mas abri aqui e vi que vai chamar nove pessoas da Saúde, Fonoaudiólogas. Eu sei de um caso em Nova Lima, uma que tem quarto ou quinto lugar, ficou oito anos fora, para frente, agora é capaz de ela ser chamada porque nove”; 14) Projeto de Lei nº 1.356/2013, que “Promove a complementação dos cargos públicos efetivos constantes na Lei Municipal nº 2.805, de 01/06/2009, além de dar outras providências” – Cargos da área de Educação. Em primeira votação, aprovado por dez votos. Em discussão, o vereador José Guedes falou: “Senhor Presidente, eu pediria ao Senhor, para não usar o Grande Expediente, eu vou falar sobre a inauguração da estrada Januário Carneiro, um minuto, pode marcar. A professora é uma sacrificada, salário baixo. Nos dias atuais são agredidas fisicamente e verbalmente por alguns alunos, todos nós sabemos disto. Além disto tudo, a professora não cumpre a sua jornada só dentro da escola porque a minha mulher é professora e eu sei, acompanhei a vida dela, ela é uma caxias tremenda porque é professora, pelo salário ganha muito pouco, mas ela tem um amor pelos alunos, pela escola, que é coisa impressionante, a maioria delas; tem umas que também são fracas, não cumpre a obrigação, toda classe tem isto. A professora, além da sua carga na escola, a Ângela sabe disto, a Ângela foi diretora, além disto tem que levar o trabalho escolar para casa, às vezes, fica debruçada no trabalho até altas horas da noite. A professora é a segunda mãe de nossos filhos. Quero parabenizar o prefeito Cassinho pela abertura da nova creche no Caic que vai dar empregos na área de Ensino. No Caic vai dar duzentas e cinquenta vagas, então, o



prefeito com nove meses de mandato, ele fez principalmente na parte de creche que é a aflição do nova-limense, vocês veem aí, tinham mil e tantos meninos fora de creche; já teve a de Bicalho, agora a do Caic. Espero que o prefeito zere um dos maiores problemas que tem hoje, é a mãe querer trabalhar para ajudar o seu esposo, a sua família. Uma senhora chorou aqui na minha frente, ela trabalha na prefeitura, ela vai ter que sair da prefeitura, com emprego garantido, para cuidar do seu filho. As vezes a pessoa ganha pouco, ganha um salário mínimo, como vai pagar uma babá, não tem jeito. Senhor Presidente, mais um minuto. Quero dizer para vocês que ontem foi homenageado um dos melhores homens de Minas Gerais, o Januário Laurindo Carneiro, falecido proprietário da nossa Rádio Itatiaia. O Januário, se não fosse as suas ações no passado, o Villa Nova não existiria porque eu conheço bem a história, o que este homem fez por Nova Lima, por divulgar a nossa cidade e pelo glorioso centenário Villa Nova. Foi uma festa muito bonita, o Senhor Governador compareceu, as autoridades compareceram. O Januário, através da Itatiaia, através do seu irmão, são grandes mercedores, foi uma festa muito bonita, sua família compareceu em peso, eu fiquei emocionado porque eu conheci o Januário, fui amigo dele. Acho que um dos amigos mais fieis e mais humilde que o Januário teve fui eu porque desde garoto, ele me abraçava e vamos rumo ao Villa Nova, desde os dezesseis, dezessete anos. Este homem, o que ele fez pelo Villa Nova, poucos fizeram. Nossa estrada que o governador fez para a gente, Nova Lima/Belo Horizonte, Nova Lima/Raposos/Rio Acima, foi um trabalho muito bom, um asfaltamento que é de causar inveja em certas cidades”. Em segunda



votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “queria justificar o meu voto porque fui pivô da grande discussão da noite e até pensei em pedir vista no projeto, mas como percebi que o entendimento da Casa é diferente do meu, então, não vai adiantar eu pedir vista para atrasar o projeto. Eu tive oportunidade até de conversar com algumas das que foram chamadas aqui, eu não sou contra, de maneira nenhuma, o projeto; eu sou contra a forma do projeto. O projeto tem o meu voto e o meu apoio, mas porque não tem outro jeito para se fazer. O jeito que eu gostaria que ele fosse feito, que é exatamente da mesma forma que a Saúde fez, então, eu percebi que não tem aprovação, não tem o mesmo entendimento da Casa. E como eu não sou contra o projeto, por isto estou votando a favor e não vai adiantar eu pedir vista, mas que fique bem claro, a forma que foi tratado o projeto da Saúde foi diferente da forma do projeto da Educação, isto fica bem claro, sou a favor dos professores, sou a favor de que se chame os concursados, sou a favor do projeto, mas esta forma aí eu continuo sendo contra”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “Senhor Presidente, vou ser rápido, são duas coisas. Primeiro, fazer justiça ao vereador André, que a todo o momento ele se colocou antes a favor do projeto, ele só mostrava as dificuldades que estava inserido. Então, vereador, sou testemunha de que o Senhor sempre esteve a favor da aprovação. Segundo, como líder do Partido dos Trabalhadores, não posso me calar. Ontem, a vinda do governador se justifica pela homenagem, pela homenagem eu concordo plenamente, a homenagem foi justa, mas ele vim dizer que fez estrada, isto não. Ele recapeou uma estrada, um ano antes de uma eleição e nós sabemos



o porquê, nós sabemos porque as coisas andam neste país um ano antes da eleição. Ele deveria inaugurar casa popular, ele deveria preocupar com os hospitais regionais, ele deveria preocupar com o ensino da educação que é dele, que está muito mal, tem professor apanhando nos colégios, não nem sequer segurança, exemplo disto é a minha região. Vou ser muito honesto com os Senhores, o governador gastar o tempo dele aqui, só justificou a homenagem para a pessoa que foi, que realmente fez um trabalho de excelência no Villa Nova. Mas ele vim fazer discurso um ano antes de eleição, pedir voto porque recapeou uma estrada, só Deus sabe o valor, um ano antes da eleição, é brincar com os sentimentos não é de Nova Lima, é do povo mineiro. Nós sabemos o porquê, é em busca de um fundo para uma campanha. Eu não fui, não vou, não participo e me dou ao luxo de poder dizer assim, se ele quiser olhando para ele, para cima do povo mineiro não gente, isto tem que parar, isto tem que acabar. O homem pega um asfalto desses aí, a gente podia marcar os locais que tinham problemas na estrada, ele jogou foi cinco centímetros de asfalto encima, que é isto? E vou mais longe, tem estrada de Minas sendo hoje arrumada para ser terceirizada, para entregar para a empresa pronta. E a gente, infelizmente, a gente ainda bate palma, a gente ainda coloca tapete vermelho e fala ‘desfila governador’, e ele gosta de desfilar. É só para fazer justiça a mim mesmo porque eu não vou nestes eventos, eu não concordo com isto, vai cuidar de distribuir casa popular para o nosso povo, vai preocupar com a Saúde, com o hospital regional, vai preocupar com o Ensino, com a Educação que está na mão dele, que não vai bem, vai preocupar com a Segurança Pública que vai muito mal porque ele não faz



concurso público. Então, vamos tratar com seriedade. O homem vai, gasta milhões com propaganda dizendo sobre Segurança Pública, qual cidade que vocês vão e veem realmente Segurança Pública contemplada? O homem distribui viaturas e fala que está melhorando a Segurança Pública. Se melhora a Segurança Pública é com concurso público, é com homens na rua, é assim que a gente trata a Segurança Pública, é com salários bons, não é ele matando a tropa igual ele está matando hoje não”. O vereador José Guedes disse: “isto é questão de pensamento. Eu sou testemunha de que o governador lá nas bibocas de Minas Gerais, ele já mandou asfaltar quinhentas e poucas estradas. A nossa estrada tinha problema sim, muitos problemas. Eu não vou ficar aqui defendendo governador não, tem as falhas sim, se eu ficar defendendo o governador aqui, vou ficar falando a noite inteira, acusando e defendendo. Senhor Presidente, no mandato passado no nosso município, aconteceu os diabos sobre a administração. O Senhor é minha testemunha que eu bati nesta Câmara aqui o tempo todo mostrando erros e erros que estavam acontecendo no município e eu não tive apoio desta Câmara. Cada um tem o seu pensamento, o Estado tem problemas sim. Tudo o que foi dito aqui, o governo do PT também não fez, olha as nossas casas lá. O governo do PT, olha lá no Nova Suíça, o governo do PT tem o dinheiro na mão e não consegue fazer as casas para as famílias pobres”. O vereador Flávio de Almeida falou: “Senhor Presidente, se a gente sair da esfera municipal e atingir a esfera federal, é lógico que tem muitos problemas, tem sim, concordo plenamente. Mas a discussão nesta Casa hoje é da vinda do governador e quando ele constrói diversas estradas no interior de Minas, vou voltar de



novo, um ano antes da eleição, é só para fazer um caixa, campanha milionária, e o povo fica de novo sem casa, sem Saúde, sem Educação e sem Segurança. Momento nenhum eu critiquei o vereador, jamais vou fazer isto. Para encerrar e quebrar o clima ruim, convidar o vereador José Guedes, meu Relator, convidar meu Vice-Presidente para a reunião amanhã, às nove da manhã, Comissão de Revisão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “quero cumprimentar os professores que vão ser beneficiados agora com a chamada do concurso, vão ser efetivados. Porque a gente sabe da insegurança do contratado, ele nunca sabe se amanhã ele vai estar na sala de aula, e a maioria das nossas professoras são arrimos de família, então, precisam mesmo deste emprego efetivo. Parabenizar os professores, que eles assumam com muita disponibilidade a vaga que está sendo oferecida para eles agora e que eles saibam aproveitar esta oportunidade que estão recebendo através de um concurso que fizeram. Espero que os nossos presidentiáveis, seja do PT, seja do PMDB, seja do PSB, seja do PSDB, se preocupem com o professor porque hoje é uma vergonha, o piso salarial nacional do professor para oito horas de trabalho/dia é de mil, quinhentos e sessenta e sete reais, este que é o piso salarial nacional. E hoje eu vi uma entrevista, o prefeito de Corumbá, recebe para viagem, quando ele viaja, diária de mil e quinhentos reais, uma diária, e o piso salarial nacional do professor, de oito horas, é de mil, quinhentos e sessenta e sete reais. Então, eu espero realmente que os nossos futuros governantes se preocupem com a valorização do professor”. O Senhor Presidente comunicou que ia prorrogar a reunião por dez minutos. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou:



“inclusive, Senhor Presidente, esta é uma observação que a gente tem que fazer, uma vez que está revisando a Lei Orgânica, porque eu entendo que a reunião tem que durar ainda que seja a madrugada inteira se tiver que durar. A gente tem que mudar não na Lei Orgânica, mas no Regimento Interno da Casa também para que a reunião dure o tempo que for necessário, se tiver que entrar madrugada adentro”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, autorizou que a reunião fosse prorrogada por mais quinze minutos. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “quero aproveitar o momento para chamar a atenção, vereador Gilson, tem a ver com a Comissão de Direitos Humanos da qual o Senhor faz parte. Para chamar atenção primeiro de um requerimento que fiz aqui, há umas duas semanas, falando do abuso policial dentro de uma escola municipal da cidade de Nova Lima. Fizemos este requerimento para a Secretaria de Educação e, infelizmente, até hoje. Eu tive notícia, antes de vir para cá, que o Secretário falou que amanhã vai mandar uma resposta sobre isto para a Casa, e esta resposta não é para o vereador Silvânio, esta resposta é para a Casa, eu espero que a gente tenha esta resposta. E aí pedi uma atuação efetiva, e a gente conversou sobre isso aqui, da Comissão de Direitos Humanos, e eu reconheço as dificuldades do vereador Gilson Marques, de maneira nenhuma, já estou isentando o Senhor aqui desde já de qualquer ação neste sentido do que passou aqui porque eu entendo a situação do Senhor. Mas pedir uma atuação da Comissão de Direitos Humanos porque esta semana nós tivemos notícia na Record, no Jornal O Tempo, na Globo, no Portal R7, de mais um abuso, desta vez sexual, com uma criança de quatro anos numa creche do município de Nova Lima. Ora,



a cidade que tem a Educação com tanta qualidade, é inadmissível que se tenha um abuso sexual dentro de uma escola do município de Nova Lima. Eu conversando com uma pessoa um dia desses, ontem, para falar sobre o assunto, eu falei ‘nós temos que tomar todas as providências necessárias’, e aí na brincadeira a pessoa falou assim ‘olha, isso aí se fosse comigo, eu resolveria de outra forma’, porque tem pessoas que são mais esquentadas mesmo. Agora, nós aqui, enquanto vereadores, não podemos nos calar com relação a estas questões que estão acontecendo no município de Nova Lima. Os meninos são esquentado? São, beleza. Mas tem que ter um tratamento com relação a isto, nós não podemos aceitar mais este tipo de ação nos noticiários, colocando Nova Lima, uma cidade tão bem colocada na questão da Educação, colocando nos noticiários policiais, na página vermelha dos jornais. Eu peço realmente, e aí já me incluo nisto, que a nossa Comissão de Direitos Humanos possa ter uma atuação principalmente neste caso que está aqui para todo mundo ver: ‘pais denunciam abuso contra menina de quatro anos em creche da Grande BH’. Quando o noticiário vai dar lá, chama a atenção de todo mundo, a creche é em Nova Lima, se não me engano, em Honório Bicalho. Gostaria de pedir, Senhor Presidente, uma ação da Comissão de Direitos Humanos. A citação, vereador Gilson, quero que ela seja bem justa, só citei o Senhor porque hoje o Senhor está na Casa e é Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Estou aqui fazendo justiça, sei da situação de saúde do Senhor e, de maneira nenhuma, estou colocando sob a responsabilidade do Senhor”. O vereador Gilson Antônio Marques falou: “quero deixar de antemão o convite para o vereador Flávio e o vereador Leci que fazem parte da



Comissão, a gente vai fazer uma reunião com esta pessoa que o Senhor está citando, o pai da criança. Aproveitar o gancho para justificar, estou na cadeira de rodas temporariamente, mais dois ou três dias, é uma neuropatia que é um descafeamento do nervo, e aí você não consegue ficar em pé nem por nada, mas eu já estou tratando em três clínicas, cada uma de um jeito, as coisas estão andando bem, mais dois ou três dias, eu estou andando com as minhas pernas. Mas se eu não estiver andando, a cadeira de rodas já fala que é de rodas, vamos rodar, não tem problema não, nós vamos resolver o problema onde estiver. Agora, eu vi falar, vi falar, não posso provar, que este caso foi plantado porque a diretora foi afastada por maus tratos a alunos, a professores, a servidores de modo geral, então, o prefeito não teve como segura-lá, era um leão indomável. Então, ela foi afastada e parece que esse menino que sofreu o abuso é sobrinho dela ou parente de um grau que eu não sei explicar. Não posso falar nada que eu não possa sustentar agora, mas parece que foi plantado, então, é um caso muito melindroso para poder apurar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “quero dizer, vereador Gilson, que na verdade o que estou colocando aqui, a hora que eu vi esta notícia aqui no R7, a cara da notícia estava mesmo assim, sinceramente eu pensei isto pode ter sido plantado ali para desestabilizar o governo neste momento aí. Então, o que eu estou dizendo aqui, de maneira nenhuma, eu estou acusando ninguém, estou dizendo aqui para se fazer justiça, que a Comissão de Direitos Humanos faça uma apuração no sentido de tentar entender o que aconteceu e se tiver que fazer justiça com a diretora, que se faça, com o aluno. Na verdade o que precisa aqui é de apurar para se ter uma



visão mais ampliada do que aconteceu lá e fazer justiça de fato”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “nós vamos fazer o nosso papel com certeza, mas como o caso é muito melindroso, precisa-se de uma Polícia especializada”. O vereador Flávio de Almeida indagou ao vereador Silvânio: “o Senhor tem mais informação, atestado da medicina legal como houve isto ou só leu no jornal?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva respondeu: “não; tem um laudo que está com o pai da criança, que afirma que ela foi abusada sexualmente. Agora, este laudo não significa dizer que foi dentro da escola”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira informou que isto está sendo investigado. O vereador Flávio de Almeida disse: “o vereador Nélio lembra, ocorreu isto também na região lá. Depois de muito jornal, imprensa, TV, colocou a instituição numa situação muito difícil naquela região, depois quando foi verificar, quando terminou, nada a ver com a instituição, ocorreu fora da instituição, mas aí eu não vi imprensa nenhuma depois fazer a correção e dizer que não houve isto naquela instituição. O Presidente Gilson, com certeza, vai exigir os documentos necessários para a gente ouvir as pessoas”. O vereador Fausto Niquini Ferreira falou: “como hoje não vamos poder entrar com requerimentos, está aqui o meu requerimento que vou dar entrada semana que vem, exatamente depois deste fato aí, solicitando implantação de câmeras nas creches, só não colocando em banheiros, acho que ajudaria muito. Já pensou, o pai, a mãe vai trabalhar, deixa a criança numa creche, em escolas, uma criança de quatro anos sofrer um abuso sexual. Realmente esta pessoa merece ser punida”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “só para reforçar porque eu fui tão mal interpretado aqui. Eu entendo que



não tem pessoas mais inteligentes do que professor por mais que possa ter questões de interesse pessoais envolvidas. Eu trabalho sempre com a minha consciência, então, a minha consciência estando tranquila, eu fico à vontade, ainda que esteja desagradando muita gente. Mas o que eu quero dizer é que, de qualquer forma, quando precisar de professor vai ter que abrir concurso. Foi uma questão que eu levantei com o Secretário porque uma escola ou uma creche não se faz somente com professor, com o educador em si, ele é a peça fundamental, é a peça essencial, mas existem os monitores, existem os serventes, existe o pessoal que trabalha com a alimentação. Esta questão eu prefiro crer que não aconteceu dentro da escola, mas a gente não sabe, mas isso comprova que uma creche, uma escola não se faz somente com professor, embora ele seja a peça essencial. Então, quando fosse abrir uma nova escola ou uma nova creche, ainda que se tenha professores, vai ter que ser fazer um concurso para chamar os demais profissionais”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio registrou: “dia vinte e oito agora é Dia do Servidor Público. Procurei o prefeito Cassinho para saber se ia ter a Festa do Servidor, que há meses atrás eu entrei aqui com requerimento para homenagear o servidor público. E o prefeito Cassinho me disse que não é culpa da administração, é culpa do Tribunal de Contas que mandou para todas as prefeituras, até para a Câmara também. Mas agora já recebemos uma nova orientação que pode fazer. Então, vai ter a Festa do Servidor dia quatorze de novembro. Fui atrás, então, é uma notícia boa para o servidor público, vai ter a Festa do Servidor. Fui atrás porque aqui eu visto a camisa do servidor público”. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento verbal: “peço



que esta Câmara vote comigo uma moção de pesar à família enlutada do Senhor Clever Ferreira. O Senhor Clever era locutor da Rádio Aurilândia, escultor e morador da cidade de Nova Lima, faleceu nesta sexta-feira, dia dezoito”. Aprovado por nove votos. O Senhor Presidente disse: “tem um vereador no Plenário que citou, não vou citar nome para não ter réplica, que ele poderia pedir vista hoje, mas não o fez. E realmente ele poderia sim, ele podia atrapalhar a votação tanto da Secretaria de Saúde, como da Educação e ele não fez, ele tinha o poder para isto sim até porque o prefeito mandou sem urgência porque se ele manda com urgência, o vereador não podia pedir vista. Então, ele também contribuiu, mesmo da forma dele, para que não atrapalhasse estes dois projetos. Alguém falou de concurso aí, a Promotora está em cima da Câmara e nós temos que conversar entre os vereadores, o ano que vem nós vamos fazer concurso aqui também, que é o certo, é o legítimo. A Comissão a respeito do vereador que ele citou, isto eu já sabia também porque isto está em Nova Lima, este problema da creche aí. Isto aí é a Comissão verdadeira da Câmara vai atuar, o processo administrativo da prefeitura e criminalmente a Justiça, a Polícia Civil. Então, isto aí, pode ficar sossegado que vai sair o que aconteceu, com certeza. Lembrar os educadores e o pessoal da Saúde, quem não for pode me xingar, mas a coisa mais importante da nossa vida, quem tem que ganhar muito, mas muito, é a Saúde e a Educação porque eles que criam a semente para ser cidadão e ser alguma coisa. Está aprovado, todo o dinheiro do Pré-Sal vai para as duas”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____